



A EDUCAÇÃO NAS LIGAS CAMPONESAS E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO

Reginaldo José da Silva ¹

RESUMO

Entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, as Ligas Camponesas foram o principal movimento social agrário brasileiro. Este artigo analisa como a educação vivenciada nesse movimento de camponeses e camponesas contribuiu para a construção de novas relações de poder no campo, opondo-se à uma ordem social desigual e opressora, que tinha na dominação exercida pelos latifundiários, sua base de existência. Tendo as ideias de Miguel Arroyo como referencial teórico e seguindo a metodologia da análise de fontes documentais escritas e orais, a discussão aqui proposta pensa os movimentos e coletivos populares como lugares de produção de saberes que buscam romper com sistemas de opressão, exploração e dominação sustentados e dirigidos pelas classes dominantes.

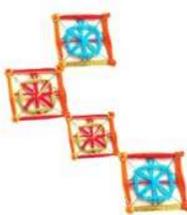
Palavras-chave: Ligas Camponesas, Educação, Movimentos Populares.

1 – INTRODUÇÃO

Debater sobre os processos educativos que ocorrem nos movimentos e coletivos populares é de grande importância para pensar no conceito de educação sem restringi-lo aos espaços escolares, bem como para refletir acerca das práticas que associam o aprender e o ensinar à luta e à resistência contra as opressões, explorações, injustiças, dominações etc. Para as classes populares, organizadas em coletivos e movimentos, educar não é sinônimo de autenticar uma ordem social injusta e opressora, na qual homens e mulheres detentores e detentoras de poder político e econômico dominam homens e mulheres excluídos desses poderes, mas um ato capaz de demolir essas relações de poder e construir outras (BRANDÃO, 1985, p. 107).

Este artigo tem por base uma discussão que abrimos com a dissertação “A Cartilha do Camponês, o documento ‘Bença, Mãe!’ e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia”, defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2015. O seu objetivo é analisar como a educação vivenciada em um desses movimentos populares, as Ligas Camponesas, que atuaram no Brasil entre 1955 e 1964, contribuiu para a construção de novas relações de poder no campo.

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, regi.ligas@gmail.com;



É importante situar brevemente o que foram as Ligas Camponesas.

Originadas no ano de 1955 como uma associação de agricultores e agricultoras, a SAPPP (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco), no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, as Ligas Camponesas foram o principal movimento social agrário a atuar no Brasil antes do golpe militar de 1964. Seus objetivos iniciais eram assistenciais, visavam apoiar os moradores e moradoras do engenho com assistência médica, educacional, jurídica e também financeira, para os casos de camponeses e camponesas que encontrassem dificuldades para arcar despesas de funerais ou que estivessem com dívidas de foro. O foro era um aluguel pago a Oscar Beltrão, proprietário do Engenho Galileia, como condição para morar e plantar naquelas terras.

A SAPPP redefiniu o foco da sua atuação depois que as 140 famílias de foreiros e foreiras de Galileia foram ameaçadas de expulsão. Oscar Beltrão, que não havia feito, ao ser consultado pelos camponeses e camponesas, objeções à criação da associação, mudou de ideia após ouvir seu filho e outros donos de engenho da região dizerem que aquela organização seria uma estratégia de comunistas para tomar suas terras. A partir daí, a luta da SAPPP se dirigiu para a defesa do direito dos camponeses e camponesas de Galileia permanecerem nos sítios onde moravam como foreiros e foreiras.

Com o apoio de Francisco Julião, que era deputado estadual e assumiu a defesa jurídica daqueles camponeses e camponesas, a luta da SAPPP ganhou visibilidade na Assembleia Legislativa de Pernambuco e foi noticiada em jornais do estado e de outras localidades do país. Foram os jornais de Pernambuco que denominaram a SAPPP de Ligas Camponesas, procurando associar a organização às antigas Ligas Camponesas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), extintas em 1947 e, com isso, inserir as ações da instituição no discurso anticomunista da época e colocar a opinião pública contra o movimento que ora se iniciava. Contudo, a SAPPP assumiu para si o nome de Ligas Camponesas, revertendo o seu sentido, apontando-o como um título que trazia à memória as organizações camponesas que, ao longo da história, lutaram em favor de uma ordem justa no campo (JULIÃO, 1962, p. 13).

A primeira vitória das Ligas foi a desapropriação do Engenho Galileia, em 1959. A partir de então, o movimento se expandiu pelo Brasil, empunhando a bandeira da reforma agrária e realizando processos educativos que contribuíam com a construção de novas relações de poder no campo.

O caminho metodológico utilizado para alcançar o objetivo deste artigo foi a análise documental de fontes escritas e orais, incluindo reportagens da imprensa da época, documentos do movimento, depoimentos de Francisco Julião, registrados nos livros



“Cambão: a face oculta do Brasil” e “O que são as Ligas Camponesas?”, e depoimentos de ex-integrantes do movimento, transcritos na já citada dissertação “A Cartilha do Camponês, o documento ‘Bença, Mãe!’ e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia”.

O referencial teórico deste artigo se baseia em Miguel Arroyo, que discute a ação dos movimentos e coletivos populares na construção de saberes que resultam em práticas que rompem com a exclusão e a dominação exercidas pelas classes dominantes (ARROYO, 2012, p. 37).

2 – AS RELAÇÕES DE PODER NO CAMPO E A REAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS

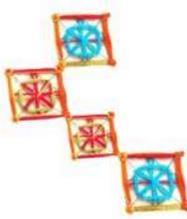
O contexto em que surgiram as Ligas Camponesas é marcado por um sistema de dominação que produzia e tinha por fundamento a exclusão política e social do campesinato brasileiro. Manter os camponeses e camponesas fora do jogo político, negando-lhes a participação e o direito à organização, e sob o jugo dos latifundiários era condição para o que Azevedo (1982, p. 37) chamou de “paz agrária”, ou seja, a submissão e a exploração do campesinato para a permanência dos privilégios da oligarquia agrária.

Nessa estrutura social, os grandes proprietários de terra exerciam um poder arbitrário, violento e repressivo, sem a mediação do Estado e de seus aparelhos jurídicos. Imperava uma ordem privada, na qual os latifundiários controlavam a política, o judiciário e a polícia nas áreas rurais. Eram eles que definiam como seriam as relações de trabalho, o preço e o aumento do foro, os atos de expulsões de camponeses e camponesas de suas terras e a aplicação da “justiça” em suas propriedades.

As relações de trabalho, que não eram regulamentadas no campo, ficavam sob a determinação desses proprietários. Os camponeses, camponesas, assalariados e assalariadas rurais eram obrigados e obrigadas a negociar os contratos de trabalho diretamente com os donos das terras. E como não havia amparo em nenhum tipo de legislação, esses contratos eram rompidos quando o latifundiário assim o quisesse (AZEVEDO, 1982, p. 38).

O mesmo ocorria com o estabelecimento do foro. O seu preço era determinado pelo latifundiário, que podia aumentá-lo arbitrariamente e ainda expulsar, sem o pagamento de indenização pela produção de seus sítios, os foreiros e foreiras que contestassem ou ficassem sem condições de assumir os novos valores do foro.

Vale ressaltar que na zona canavieira do Nordeste, local de origem das Ligas Camponesas, as expulsões de moradores e moradoras de engenho não ocorriam apenas por



causa de dívidas ou contestações relacionadas ao foro, mas principalmente devido à transformação de antigos engenhos em fornecedores de cana-de-açúcar pra as usinas, que iniciaram suas atividades na região a partir de 1885 e se expandiram no período pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1955, quando o preço do açúcar foi valorizado no mercado interno. Com o objetivo de ampliar ao máximo a produção, as usinas apresentavam propostas bastante rentáveis para que os proprietários dos antigos engenhos vendessem ou alugassem suas terras para o plantio da cana. Além disso, havia proprietários que, mesmo não vendendo ou alugando suas terras para as usinas, utilizavam toda a extensão de suas propriedades para plantar cana-de-açúcar e lucrar com o fornecimento desse produto para a então pujante indústria açucareira. Nesse processo, a expulsão de moradores e moradoras das terras desses engenhos era uma estratégia de lucro para os latifundiários e tinha um forte apoio das esferas de governo no Brasil, que a entendiam como necessárias para a modernização da produção açucareira (DABAT, 2012, p. 30-31).

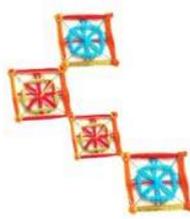
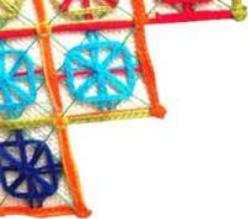
A violência física contra camponeses e camponesas era outra prática comum nas áreas rurais. De acordo com Andrade (1998, p. 83) e Julião (2009, p. 136), não só as ameaças, mas a efetivação de espacamentos e até mesmo de assassinatos de camponeses e camponesas eram métodos utilizados pelos latifundiários para mostrar o seu poder e exercer a “justiça” privada em suas terras.

Como já vimos anteriormente, a SAPPP, embrião das Ligas Camponesas, foi organizada sem uma crítica direta a essa estrutura opressora, mas tentando amenizar alguns dos problemas resultantes dela. Contudo, a ordem de Oscar Beltrão para fechar a associação e a ação de despejo por ele movida modificaram o sentido da luta da SAPPP. Dentre outras coisas, a organização passava a questionar, a partir de então, as relações de poder no campo. A própria recusa em obedecer à ordem de Oscar Beltrão representava um ato que se configurava como uma exigência para que novas relações de poder fossem construídas entre o proprietário e os foreiros e foreiras. À medida que o movimento foi amadurecendo suas propostas políticas, o rompimento com formas tradicionais de relações de poder no campo se tornava mais nítido. Segundo Azevedo (1982, p. 44), as Ligas contribuíram para redefinir essas relações. E isso fica claro, por exemplo, em um depoimento de Heleno José de Barros, feito em 05 de julho de 2015. Heleno, um camponês que foi sócio da Liga de Galileia, narra uma discussão que teve com o administrador (Zé Veinho) e o proprietário do Engenho Brasil (“Seu” Luiz), nos arredores do município de Chã de Alegria, na Zona da Mata de Pernambuco, onde ele trabalhava:

Aprendi com as Ligas. Olhe, quando foi um sábado, eu pedi a ele: “Ô seu Zé Veinho...” Num sábado... Não, na segunda-feira: “No sábado eu não venho trabalhar, não, porque eu vou fazer uma prensa de mata pra fazer farinha pra comer”. Ele disse: “Tá certo, Heleno”. Bom, quando foi no sábado, eu disse: “Tá certo, seu Zé, o que eu lhe disse segunda-feira, pra eu ir fazer a farinha?” Ele foi e disse: “Você num pode, não. Ainda tem que cobrir esse resto de cana”. Num dava meia conta, mas era pirraça dele comigo, era o jeito dele fazer pirraça comigo, porque ele sabia que eu era das Ligas. Aí ele não quis deixar. Aí eu disse: “Apôis se o senhor quiser, eu vou, e se o senhor não quiser, eu vou, porque eu tô com a mandioca arrancada lá na casa de farinha e eu não vou perder minha mandioca, não. Eu vou, viu?” Ele disse: “Apôis eu lhe amostro que você num vai”. Aí eu disse: “Apôis eu lhe amostro como eu vou. Eu lhe amostro se eu venho amanhã aqui”. No outro dia eu fui fazer minha farinha. Quando foi no domingo, uma base de umas sete horas, chegou ele: “Olha aqui, seu Luiz disse que você fosse lá, você e Dé”. Dé era um morador que tinha lá que também foi fazer farinha. Mas Dé também tinha pedido a ele, com tempo, né. Aí quando chegamos lá, seu Luiz tava sentado na frente de casa, parecia o senhor do mundo. Demos bom dia, mandou nós sentar, nós sentamos. Eu com medo que ele viesse dar na gente, né. Ele não, os capangas. Mas não, ele sabia que eu era das Ligas já: “Não, ninguém vai bulir com ele, não. Se for entrar aqui... Quem entrar aqui, entra pra valer”. Ele chegou e disse: “Ô seu Heleno, me diga uma coisa: esse engenho aqui é meu ou é seu?” Eu digo: “É do senhor. E eu tenho engenho? Eu já moro aqui, como é que tenho engenho? Só pode ser seu”. “É porque eu mandei...” “Mas eu pedi, seu Luiz, desde segunda-feira, a seu Zé Veinho, ele aceitou pra gente mandar arrancar a mandioca na sexta-feira, pra no sábado a gente fazer e ele aceitou. Quando foi no sábado, ele queria que a gente perdesse a mandioca já arrancada lá na casa de farinha. Não, eu tinha que fazer. E tem uma coisa: se o senhor quiser eu aqui, bem, se o senhor não quiser, pode dizer que eu já vou desocupando. De hoje em diante o senhor dê o seu sítio a quem quiser, que eu não quero mais, não”. Ele: “Não, não, não.” Eu disse: “Quero nada”. Aí eu vim embora. Aí ele chamou seu Zé Veinho e disse: “Olhe, num mexa com ele, não. Deixe ele lá. Deixe ele sair quando ele quiser. Aí é das Ligas de Galileia” (sic). (Apud SILVA, 2015, p. 99-100).

Indo contra os interesses do administrador e do dono do engenho, Heleno anunciava a prática de um novo sujeito, disposto a romper com as humilhações que normalmente eram impostas aos camponeses e camponesas, ao mesmo tempo que estabelece e exige uma nova relação de poder: não trabalhar no sábado, porque esse foi o acordo feito com o administrador, e não aceitar a quebra arbitrária do mesmo. Já o proprietário, frente a frente com Heleno, reconhecia que não deveria manter com aquele camponês a mesma relação que os grandes proprietários de terra costumavam estabelecer com os camponeses e camponesas naquele período, na base da violência, prepotência e arbitrariedades. Era preciso mudar a relação, pois ele estava diante de um integrante “das Ligas de Galileia”, ou seja, de um camponês apoiado por esse movimento e que, nele, havia aprendido a não se sujeitar à opressão e à exploração.

Outro aspecto muito importante do depoimento de Heleno é a associação que ele faz entre a prática de confronto com o patrão e os aprendizados construídos na sua experiência com as Ligas. A frase que inicia a fala de Heleno, “aprendi com as Ligas”, revela que as atitudes que visavam estabelecer novas relações de poder no campo eram decorrentes de saberes elaborados no vínculo com o movimento. Ou seja, as práticas educativas das Ligas



contribuíam para a construção de novas relações de poder. E é sobre isso que iremos tratar mais especificamente a partir de agora.

3 – EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Os movimentos populares são também espaços que criam e praticam formas de educação que nascem de suas experiências sociais, políticas, de resistência, de construção de outra cidade, outro campo, outros saberes, outras identidades e que objetivam a emancipação (ARROYO, 2012, p. 25).

As classes dominantes também têm as suas formas de educação, que, por outro lado, procuram dar sustentação, justificar e autenticar a dominação, a opressão e a exploração das classes populares. Segundo Arroyo (2012, p. 38), são modos de educar que se baseiam na concepção de que a sociedade é dividida entre os que são detentores e detentoras do saber e os que não detêm o saber. Nessa dualidade, aqueles e aquelas com níveis de escolaridade/formação acadêmica mais elevados, considerados e consideradas como “os que sabem”, são colocados como superiores e superiores em relação aos que não têm esses níveis de escolaridade/formação acadêmica, rotulados como “os que não sabem”. Nessa concepção, as classes dominantes são entendidas como “mais educadas”, cultas, civilizadas, enquanto que e as classes populares seriam “menos educadas”, incultas, bárbaras, violentas. São lançadas, então, as bases para a criação de sistemas de dominação, opressão e exploração, nas quais as relações de poder se fundamentam na ideia de que as classes dominantes têm o papel de domar, controlar, subjugar as classes populares.

Quando o movimento das Ligas se expandiu, principalmente após a desapropriação do Engenho Galileia, a maior parte da imprensa brasileira, aliada dos latifundiários, difundiu um discurso sobre o movimento, apresentando-o, como violento e destruidor de um suposto equilíbrio social. Vejamos, por exemplo, o Diário de Pernambuco, que, na sua edição de 07 de abril de 1959, fez um comentário referente às declarações de Dom Severino Mariano, bispo de Pesqueira, que havia dito, num encontro de bispos do Nordeste, ocorrido alguns dias antes no Rio de Janeiro, que o movimento surgido em Galileia, disfarçado de assistência social, representava uma infiltração comunista na zona rural para trazer violência e desajuste à sociedade. Referindo-se à organização dos foreiros e foreiras de Galileia, diz o comentário do jornal:



Na aparência, o programa é aceitável, pois, pelo menos em alguns aspectos, chega a coincidir com o oficial, de assistência aos lavradores e aos que se dedicam às atividades pastoris. Nisso estão a camuflagem e a tática usuais de certos grupos internacionais: as de não medir os meios para chegar aos fins. Estes, no caso, são os da agitação social, os de perturbar os planos administrativos federais, de estimular a descrença contra eles, e de recorrer mesmo à violência para criar incompatibilidades entre o povo e as instituições vigentes (sic). (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1959, p. 4).

Com discursos como o que foi citado acima, as classes dominantes atuavam em um processo educativo. No caso da reportagem, procurava-se não apenas informar, mas ensinar que “certos grupos internacionais”, que seriam os comunistas, se infiltravam na sociedade brasileira, através das Ligas, para trazer agitação, perturbação e violência a uma ordem social equilibrada, que precisava ser mantida.

De acordo com Julião (1962, p. 31),

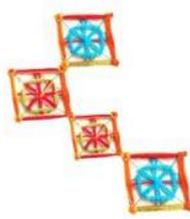
A imprensa da classe dominante, ao surgir uma Liga, inicia contra ela um ataque violento e histérico, como se estivesse em frente a uma corja de bandidos e assaltantes. É obrigatório, nessa fase, para o redator policial, o registro com destaque de fatos deturpados, contendo insultos e calúnias contra os camponeses, sua Liga e seus dirigentes. Todos são chamados de comunistas, carbonários, terroristas e agitadores.

Também, segundo Julião (1962, p. 32), a mesma imprensa que denunciava as Ligas como um movimento violento, calava-se diante dos crimes praticados pelos latifundiários contra os camponeses e camponesas: os ataques dos capatazes, as torturas, as derrubadas de casebres, a destruição de roçados etc.

O movimento, desconstruindo essa forma como os camponeses e camponesas das Ligas eram pensados e pensadas pelas classes dominantes, apresentavam outros aprendizados sobre a realidade. Por meio de textos educativos, como, por exemplo, a Cartilha do Camponês, as Ligas elaboravam outros saberes sobre os camponeses e camponesas, afirmando que a violência e a manutenção de uma ordem social injusta e opressora não vinha deles e delas, mas dos latifundiários (JULIÃO, 1960, p. 4-7).

Desconstruir essa forma de pensar os camponeses e camponesas como violentos e violentas era muito importante para o estabelecimento de novas relações de poder, até porque pensando as classes populares como violentas, as classes dominantes justificam a sua violência contra elas (ARROYO, 2012, p. 40).

De acordo com Arroyo (2012, p. 38-40), padrões de poder estão associados a padrões de saber. Se um padrão de saber define as classes populares como violentas, bárbaras ou inferiores, justifica-se um padrão de poder que pretende domá-la, subordiná-la. Reagindo à



forma como eram pensados e pensadas pelas classes dominantes, os camponeses e camponesas, mobilizados e mobilizadas nas Ligas, construíram novos saberes sobre si, sobre o mundo em que viviam e agiram para que novas relações de poder fossem inauguradas. Com diz Freire (2011, p. 70), quando se vêem como seres menores, os oprimidos e oprimidas acreditam apenas no poder do opressor e a ele se rendem. Mas, quando elaboram outros conhecimentos sobre si e sobre o mundo que os cerca, saem do medo e da passividade, criam outras práticas, estabelecem outras relações de poder.

Em um depoimento de 25 de outubro de 2014, Cícero Anastácio da Silva, um camponês que foi sócio da Liga Camponesa de Galileia e segundo secretário da sede central das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, exemplifica bem essas novas relações de poder que se criaram com os saberes construídos nas práticas educativas do movimento. Cícero narra que:

O exército veio... O exército, não. Foi a polícia. O companheiro tinha uma casa, eles mandaram derrubar a casa e a gente viemo e não deixemo. Num deixemo. O pessoal num deixaram eles derrubarem a casa, da ordem da justiça, né. Aí veio um grupo de policial de Vitória, tudo armado de fuzil: “A gente vai derrubar a casa!” Aí João Virgínio perguntou: “Quem mandou derrubar essa casa?” “A justiça”. “A justiça, não. Eu quero saber a ordem do governador”. João Virgínio. “Se for ordem do governador derruba, se não for ordem, não derruba, não”. Aí, nessa hora, um companheiro, os policial tudo assim, com os fuzil, um companheiro deu um bote na mão de um policial daquele e escalou assim, da polícia, assim: “Pra trai, volta!” Um tá de Bia Durão. Pegou o fuzil dele e escalou na frente da polícia, assim, dele mesmo, né? Aí eles voltaram, foram simhora (sic). (Apud SILVA, 2015, p. 91-92).

O impedimento de uma ação da polícia comprometida com os latifundiários, que pretendia derrubar a casa de um camponês sem uma ordem judicial, representava, naquele momento, a exigência para que uma nova relação de poder fosse estabelecida. E tal atitude só foi possível devido aos saberes elaborados na experiência do movimento.

A derrubada de casas e a destruição de roçados era uma prática utilizada pelos grandes proprietários terra para intimidar os camponeses e camponesas que se opunham às opressões impostas. O próprio Cícero lembra, em um depoimento de 26 de fevereiro de 2015 (Apud SILVA, 2015, p. 97), que, antes de fazer parte das Ligas, o seu roçado era constantemente destruído pelos bois de Oscar Beltrão, sempre que havia algum conflito entre os dois: “Quando a roça tava tudo desse tamanho, assim, os bois entravam e comiam tudinho (sic)”. E quando isso acontecia, Cícero não reagia, “perdia tudo, não arrumava nem farinha pra comer”. Porém, depois que começou a conhecer, a partir de sua inserção na Liga de Galileia, a ilegalidade e a opressão presentes naquela atitude do latifundiário, passou a exigir não ser



mais tratado daquela forma. Oscar Beltrão, segundo ele, recuou e nunca mais soltou os bois em seu roçado.

Esse processo de construção de novas relações de poder, resultante dos conhecimentos e práticas elaborados nas experiências educativas das Ligas, também é ressaltado por Julião, quando ele se refere às disputas judiciais travadas entre camponeses e camponesas e grandes proprietários de terra.

Em várias atividades educativas do movimento, discutia-se o Código Civil. Os camponeses e camponesas, então, conhecendo a legislação, não aceitavam passivamente a derrubada de casas, a destruição de lavouras, a saída da terra sem indenização etc. e levavam os latifundiários aos tribunais. Na maioria das vezes, a disputa judicial era vencida pelos donos dos latifúndios, mas o fato deles serem levados aos tribunais era considerado uma vitória e representava uma nova configuração das relações de poder (JULIÃO, 2009, p. 143).

Seja enfrentando a exploração dos latifundiários, impedindo a derrubada da casa de um companheiro ou companheira por uma força policial ou levando um grande proprietário de terras ao tribunal, os camponeses e camponesas das Ligas criavam novas relações de poder, derivadas de novos jeitos de ensinar e aprender que nasciam de sua luta e resistência.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As classes populares, organizadas em movimentos e coletivos, constroem formas de educação que se contrapõem aos tipos de educação elaborados e executados pelas classes dominantes. Isso ocorre porque os homens e mulheres, violentados e violentadas pela opressão, exclusão e exploração, identificando com clareza a realidade que os cerca, reconhecem-se como capazes de produzir outros saberes sobre si e sobre o mundo e agem como criadores e criadoras de uma sociedade diferente, na qual não sejam pensados e pensadas como seres inferiores e, conseqüentemente, não estejam submetidos e submetidas a uma relação de subordinação a poderes que oprimem, excluem e exploram.

As Ligas Camponesas, enquanto lugar de construção e exercício dessa educação para a emancipação, contribuiu para redefinir, no Brasil, as relações de poder no campo. A entrada do campesinato no cenário político brasileiro, as mudanças nas legislações referentes à vida e ao trabalho no campo e a quebra de parte das forças das oligarquias rurais são alguns exemplos de heranças das lutas e dos processos educativos empreendidos por esse movimento.



Os recuos que estão ocorrendo na questão agrária brasileira nos últimos anos, sobretudo com a supervalorização do agronegócio e a retirada quase completa dos investimentos para a agricultura familiar, procurando reinaugurar regimes de dependência nas áreas rurais, colocando os pequenos e pequenas agricultores e agricultoras sob o domínio e a exploração dos chefes do agronegócio, não representam uma derrota completa da luta e das experiências educativas dos movimentos populares do campo. Essas lutas e experiências, iniciadas principalmente nas Ligas Camponesas, permanecem em movimentos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores), LCP (Liga dos Camponeses Pobres) e outros. No entanto, como alertou Freire (2011, p. 102), toda educação que está a serviço da libertação humana precisa ser uma reflexão, um fazer e um refazer constantes. Sendo assim, as derrotas do momento não representam a palavra definitiva da história, mas são desafios a ser superados pela construção permanente dessa educação que pretende ser crítica, problematizadora e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Bispo de Pesqueira: comunistas agem no interior Nordestino. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 Abr. 1959, p. 1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009.

_____. **Cartilha do camponês**. Ligas Camponesas do Brasil, 1960.

_____. **Que são as Ligas Camponesas?** Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.



SILVA, Reginaldo José da. **A Cartilha do Camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia.** 221f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.